

Brasil somente discute plano de redução no segundo semestre

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília



Sérgio Amaral

Um programa de redução da dívida somente será discutido com os banqueiros e com os organismos internacionais no segundo semestre deste ano, informou ontem o ministro Sérgio Amaral, secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda (MF).

Até lá o governo espera concluir as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial (BIRD) e estabelecer um programa que sirva de base para a alavancagem de recursos necessários à redução da dívida. Por meio desses organismos o Brasil, de acordo com o Plano Brady, utilizará fundos multilaterais para comprar seus títulos no mercado secundário da dívida mediante deságio.

Em resumo o que o governo fará neste primeiro semestre é apenas concluir as negociações iniciadas no ano passado: com o FMI, com o Clube de Paris (acordos bilaterais), com o governo japonês (empréstimo de US\$ 1,5 bilhão para projetos) e com o governo italiano (créditos concessionais para pequenas e médias empresas, num montante global de cooperação financeira da ordem de US\$ 1,5 bilhão). Amaral não exclui, no entanto, a possibilidade de ainda neste primeiro semestre o País voltar a realizar con-

versões de dívida em investimento por meio de leilões, como no ano passado. Esse mecanismo resultou numa redução de US\$ 7 bilhões do estoque da dívida.

TETO

O MF ainda não sabe qual o teto que o País atingirá em seus próprios programas de redução, utilizando-se dos mecanismos sugeridos pelos governos da França, do Japão e pelo plano do secretário do tesouro norte-americano, Nicholas Brady.

"Como, quanto e quando" reduzir a dívida, são interrogações que o ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, e seus seis colegas latino-americanos, membros do Grupo dos Oito (Argentina, Brasil, Uruguai, México, Colômbia, Venezuela e Peru — o Panamá está suspenso temporariamente)

procurarão responder no encontro que terão em Brasília no próximo sábado.

Essa sexta reunião de ministros da Fazenda do G-8 (as demais realizaram-se em Acapulco, Punta del Este, Berlim, Rio, Amsterdã e Washington) fará uma avaliação dos planos já propostos.

Os ministros rediscutirão o documento que elaboraram no Rio, em dezembro do ano passado e procurarão "organizar uma ação conjunta". Isto é, discutir "o leque de possibilidades" para a negociação da dívida que cada país adotará da forma que melhor convier.

PLANO BRADY

Sérgio Amaral descarta o pessimismo em torno do Plano Brady que, de acordo com comentários originados no exterior, não beneficiará o Brasil. "O plano não é um clube com uma categoria de membro. Mas cria condições favoráveis para o país fazer aquilo que mais lhe convenha."

O Brasil, segundo ele, vai beneficiar-se do plano. "Se

quisermos a participação do BIRD (nesse programa de redução) temos de fazer um acordo com o banco; Se quisermos usar os recursos do FMI temos de fazer o mesmo".

O secretário internacional da Fazenda alerta para um detalhe: Se o Brasil quiser fazer, como o México, um programa plurianual de reescalamento e redução da dívida, é mais provável que deixe essa tarefa para o novo governo. "Não tem sentido fecharmos um acordo para os próximos três anos. Mas podemos negociar um acordo para este ano apenas."

Os ministros da Argentina (Juan Carlos Pugliese); da Colômbia (Luis Fernando Alarcon Mantilla); do México (Pedro Aspe); do Peru (Carlos Rivas Davila); da Venezuela (Miguel Rodríguez) e do Uruguai (Ricardo Zerbino), além de Mailson da Nóbrega, também farão uma avaliação das medidas que vêm sendo adotadas para a redução da dívida intra-latino-americana.